

Governadores e elites políticas nas regiões do Brasil: Análises preliminares da sobrerrepresentação política e sucesso eleitoral

Rômulo Maurício Pantoja da Costa

Mestre, Universidade Federal do Pará – UFPA

Miquéias Serrão Marques

Mestre, Universidade Federal do Pará – UFPA

Luiz Carlos Machado Corrêa

Mestre, Universidade Federal do Pará – UFPA

Nesta pesquisa, buscamos analisar a sobrerrepresentação política e o sucesso eleitoral das ocupações dos candidatos que concorrem ao Executivo Estadual. Para isso, desenhamos um perfil sociopolítico dos candidatos que competem pelos cargos do executivo subnacional das regiões do Brasil e da elite política eleita no período de 2006 a 2018. Utilizamos como base teórica, estudos de autores clássicos e contemporâneos da área do elitismo e do profissionalismo político. Utilizamos o método posicional da teoria elitista clássica, composta pelos candidatos que conseguiram, ao final do pleito, o cargo de governante estadual. Em contrapartida, caracterizamos o profissionalismo político através das profissões indicadas pelos candidatos ao executivo estadual, valendo-nos de informações disponíveis no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Deste modo, analisamos o perfil sócio ocupacional dos candidatos: grau de instrução, bens declarados e ocupação dos candidatos aptos a concorrer à eleição e situação – não eleito e eleito no 1º e 2º turno. Como esperado, os dados apontam que as regiões brasileiras estão sobrerrepresentadas por políticos de carreira, eleitos aos cargos de governador, entre os quais se destacam as ocupações de governadores, senadores e deputados. Porém, cabe ressaltar que as regiões Norte e Nordeste são mais suscetíveis à diversidade sociopolítica dos candidatos, o que é menos provável nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Isso nos levou as diversas hipóteses a serem respondidas em trabalhos posteriores.

Palavras-chave: Elitismo. Profissionalismo Político. Governadores. Regiões do Brasil.

INTRODUÇÃO

O termo “elite política” ganhou visibilidade com o advento das democracias representativas modernas. Foram construídas várias formulações teóricas para tentar conceituá-la e identificá-la em contextos sociais e políticos distintos. Esse tema difundiu-se com

a corrente teórica do “elitismo clássico”, representada por Mosca (1966), que estabeleceu a tese da “elite dirigente”; por Pareto (1984), com a ideia da “circulação das elites” no interior dos partidos, e Michels (1984), com a suposição de que os partidos e sindicatos modernos estavam controlados por um pequeno grupo, denominada “lei de ferro da oligarquia”.

Os respectivos autores são a base para qualquer discussão que envolva estudos sobre elites, pois estes conseguiram apreender o processo de dominação política por parte de grupos minoritários, sob os quais as sociedades estavam submetidas. Isso ocorreu justamente num contexto de encantamento pelos ideais democráticos e socialistas vivenciados pela Europa do final do século XIX e início do XX.

Com o avanço das democracias representativas, outro fenômeno que acompanhou este processo foi à intensificação da profissionalização política. O aumento considerável do número de candidatos que passaram a disputar os cargos públicos estimulou a competição política. O perfil dos agentes recrutados para os quadros dos sindicatos, dos partidos e da burocracia parlamentar passou a ser preenchidos por profissionais liberais, como os advogados – especialistas em assuntos jurídicos e conhecedores da dinâmica parlamentar.

Essa notória atuação dos assim chamados “políticos profissionais” (WEBER, 2011, p. 75), políticos com “conhecimento profissional” (MILL, 1981, p. 136) ou “chefes políticos profissionais” (MICHELS, 1982, p. 12), os chamados políticos de carreira, tornou-se um artigo de primeira necessidade para conquistar o voto nas democracias de massa. Existe uma agenda de pesquisa que aprofundou através de abordagens teóricas e empíricas a relação entre a profissionalização política e a formação dos quadros das elites políticas. Autores como Gaxie (1980), Capo-Giol (1992), Sawicki, (1999), Serna *et al.* (2009), Coradini (2011), Offerlé (2011), Codato (2008; 2014; 2015) e Perissinotto, *et al.* (2009; 2014; 2015) têm em comum o fato de revisarem os estudos clássicos sobre o profissionalismo político e de incorporarem novas metodologias para identificar a composição social, formas de recrutamento e organização das elites políticas.

Orientado por estes tipos de pesquisas, elaboramos o seguinte problema: a sobrerrepresentação de determinada ocupação entre os candidatos que concorreram aos cargos do executivo estadual exerceu influência na eleição dos mesmos? Apesar de haver variabilidade das ocupações entre os candidatos, garantidas pelas regras poliárquicas da competição eleitoral, nossa hipótese é de que a sobrerrepresentação de políticos profissionais tem influência direta no êxito dos mesmos, sendo assim, o perfil dos governadores nas regiões do Brasil está sobrerrepresentada por políticos profissionais e profissionais liberais.

Sentimos a necessidade de realizar esse estudo por acreditarmos que a competição eleitoral para os cargos de executivo subnacional envolve certas especificidades por se tratar de um cargo eletivo que também está aberto ao instituto da reeleição e que apresenta certas restrições sociais e políticas estabelecidas pelas regras do campo político. Além disso, buscamos colaborar com outras pesquisas que destacam a variável ocupação profissional e recrutamento político no processo de formação das elites políti-

cas estaduais.

Destse modo, relacionamos o padrão sócio ocupacional dos candidatos a governador nas regiões do Brasil com os resultados das eleições no período de 2006 a 2018, afim de caracterizar atores/competidores do campo e a elite política eleita. Por fim, analisamos o aproveitamento das ocupações dos candidatos eleitos para testarmos nossa hipótese.

Nesse trabalho, concluímos que o campo político dos governadores se caracteriza por um alto nível de candidatos eleitos com instrução universitária, em que as exceções estão localizadas nas regiões Norte e Sul. Por conseguinte, os dados econômicos são inconclusivos para indicar um padrão homogêneo entre os candidatos e as elites. Em contrapartida, os políticos profissionais são maiorias entre os candidatos, com exceção da região Nordeste e Sul, que possuem sobrerrepresentação de outras ocupações ligadas a educação. Por fim, o percentual de aproveitamento entre as ocupações da elite política indica relativa abertura do campo político para outras ocupações liberais nas regiões Norte, Centro-Oeste e Sul nas eleições de 2014 e 2018, o que nos leva a novos questionamentos, como: seria esse o movimento de renovação da elite política estadual nas regiões do Brasil?

ELITISTAS CLÁSSICOS E ELITISMO CONTEMPORÂNEO

A corrente teórica “elitista” surgiu como crítica ao discurso democrático e socialista do século XIX. Os ideais democráticos de cidadania e representação dos interesses da maioria foram considerados “irrealistas e utópicos” (WALKER, 1966, p. 285), bem como, a ideia do governo do povo e soberania popular que inspirou os revolucionários franceses (GRYNSZPAN, 1999, p. 11). O princípio da igualdade social e política defendida pelos socialistas também foi alvo de crítica pela teoria elitista clássica. Para os elitistas italianos Mosca (1966) e Pareto (1984), em qualquer sociedade existem grupos minoritários, as elites, que por suas virtudes pessoais, competências e recursos financeiros monopolizam o poder e governam as maiorias.

Em todas as sociedades e civilizações existiram duas classes, as dirigentes e dirigidas. As “classes dirigentes” ou “classes políticas” formam a minoria das sociedades. O poder conferido às classes dirigentes resulta do seu poder financeiro, intelectual e moral (MOSCA, 1966, p. 52). Assim, a história das civilizações resume-se à relações de dominação entre uma “minoria dirigente” e uma “maioria dirigida” (MOSCA, 1966, p. 52).

Pareto (1984) define elite como uma “classe eleita” – estrato superior – que se destaca e direciona as políticas de governo. Ela pode ser decomposta em duas categorias: (a) “classe eleita de governo”, elite que governa, (b) “classe eleita não de governo”, que compõe a administração, mas que não se submete ao voto popular – estrato inferior. A classe governante, para perpetuar seu domínio político, precisa renovar seu quadro e recrutar indivíduos do estrato superior e inferior, fenômeno denominado de “circulação das elites” (PARETO, 1984, p. 81).

As visões de Mosca e Pareto se convergem na ideia de que existe uma minoria de indivíduos organizados, uma elite, que governa uma maioria desorganizada, e tanto a “elite governante”, quanto a “classe política”, são compostos de grupos sociais recrutados em vários setores da sociedade (apud BOTTOMORE, 1974, p.08).

No contexto alemão, Michels (1982) identificou que os partidos socialistas e sindicatos eram liderados por “chefes políticos profissionais”, indivíduos com domínio da oratória, conhecimento técnico e pragmático da atividade política que administravam as burocracias partidárias e sindicais. Tais instituições, ao recrutarem uma expertise para o “quadro dirigente”, criaram “elites operárias”, que concentraram poder e passaram a definir os rumos da agenda política da classe trabalhadora. Assim, a crescente e inevitável organização partidária e sindical levou ao estabelecimento da “lei de ferro da oligarquia” (MICHELS, 1982, p. 225).

O estudo sobre elites políticas tornou-se uma agenda de pesquisa que se notabilizou, sobretudo no período pós-guerra sob influência da Ciência Política norte-americana. Basta analisar a recepção das obras de Mosca (1966), Pareto (1984) e Michels (1984) que deram a propulsão necessária aos trabalhos de revisão teórica dos clássicos (GRYNSZPAN, 1999; BOTTOMORE, 1974). Durante esse trajeto, surgiram autores que buscaram identificar fragilidades teórico-metodológicas e fizeram críticas aos clássicos, como Walker (1966) e Dhal (1970). Este último, direcionou sua crítica à concepção de “classe dirigente” de Mosca, apontando a existência desta “elite dirigente”, que poderia ser comprovada através de estudos empíricos ao não comprovar a presença de um grupo político bem definido em que os interesses acabassem por prevalecer (DHAL, 1970, p. 91).

Outros estudos estabeleceram críticas à tradição clássica da Sociologia Política e sua conclusão de que o poder nas comunidades é centralizado por uma elite; e também a Ciência Política, que parte do princípio de que o poder nas democracias é compartilhado por diversos grupos de interesse, a premissa do pluralismo elitista (BACHRACH; BARTZ, 1983). Na investigação realizada por Hirschman (1992), Mosca, Pareto e Michels construíram argumentos pessimistas sobre as democracias modernas, pois se basearam em “teses da futilidade”, uma vez que estes não acreditavam que o direito ao sufrágio pudesse trazer algum tipo de mudança às estruturas sociais e partidárias.

Então, surgiram pesquisas que buscaram avançar tanto em aspectos teóricos quanto metodológicos. Um deles é o de Keller (1967), que propôs o estudo dos “processos sociais” como um dos condicionantes que explicam a proliferação de elites políticas no mundo moderno. Esses processos são em número de quatro: 1) crescimento populacional, 2) crescimento da especialização ocupacional, 3) o crescimento da organização formal ou burocratização e 4) o crescimento da diversidade moral. Tais processos ajudam a identificar como se formam as elites e como elas se organizam (KELLER, 1967, p. 16).

Entre os autores do elitismo contemporâneo, Mills (1968) estabeleceu a tese da “elite do poder”, definindo-a como uma classe organizada, uma “unidade de elite”, disposta a ocupar os altos cargos das burocracias institucionais modernas – “estrato superior”. O poder econômico e o prestígio social desta unidade de elite criam um grupo seleto de

indivíduos, as chamadas “altas rodas”. Estas, fornecem os candidatos para compor a “elite do poder”, que são os círculos políticos, militares e econômicos que funcionam como “igrejinhas interligadas” e que decidem o rumo da política nacional (MILLS, 1968, p. 28).

Em seu estudo, Jerez Mir (1982) faz um apanhado de estudos teóricos e empíricos que foram sistematizados nos Estados Unidos em torno das elites políticas. A publicação de *A elite do poder*, de Mills, foi um marco histórico, pois esta obra provocou o surgimento de vários trabalhos teóricos e empíricos que apontaram as suas virtudes, assim como, as suas fragilidades metodológicas, o que serviu para que outras pesquisas introduzissem variáveis institucionais e de classe social, e até mesmo, a introdução de abordagens marxistas como metodologia de investigação (JEREZ MIR, 1985, p. 87).

Surgiram pesquisas em outros contextos políticos, uma delas contemplou o caso das elites políticas da Espanha (CAPO-GIOL, 1992, p. 130). Outras estudaram o recrutamento das elites parlamentares em 19 países da Europa, com uma série histórica que cobriu os anos 1849 a 2010 (BEST, 2007, p. 85).

Na América latina, destacam-se os estudos da elite política uruguaia e a influência da estratificação social (raça, gênero, idade e origem social) como condicionantes para acessar os cargos do parlamento nacional (BOTTINELLI, 2008, p. 93), assim como, a entrada de setores sociais populares (rotação e circulação dos dirigentes políticos) para o parlamento (SIERNA, 2009, p. 02). Contempla-se também o recrutamento e permanência da elite governamental chilena no período de 1990 à 2010 (BUSTAMANTE, 2013, p. 120) e pesquisas que visam analisar a relevância e os limites de abordagens históricas, ou seja, análise documental, bibliografia especializada e trajetórias sociais; e qualitativas – entrevistas em profundidade – no estudo das elites políticas na Argentina (GENÉ, 2014, p. 97).

Atualmente, o estudo de elites políticas e o seu processo de recrutamento centra-se, em especial, sobre o parlamento nacional (ABREU, 2008; RODRIGUES, 2009; PERISSINOTTO, et al, 2009; 2015; CORADINI, 2012; COSTA, 2011; 2014, NEIVA, 2012; CODATO, et al, 2014; 2015), em contextos autoritários do Brasil (CODATO, et al, 2008; 2011; 2015) e para cargos do executivo estadual (CORADINI, 2012; COSTA, 2014). De acordo com Farias Filho (2015), estes trabalhos ainda estão centrados no eixo Sudeste/Sul, com exceção dos de Grill (2008) e Farias Filho, *et al* (2011; 2013). Desse modo, existe a necessidade de se recorrer aos estudos do elitismo clássico e contemporâneo, em especial, quando se analisa as singularidades do exercício da atividade política profissional.

ABORDAGENS CLÁSSICAS E CONTEMPORÂNEAS DO PROFISSIONALISMO POLÍTICO

Pioneiro no estudo da política profissional, Mill (1981) identificou na Inglaterra do século XVIII que o parlamento inglês passava por um processo de recrutamento de especialistas da política, políticos ativos com profundo conhecimento técnico da gestão

pública e da dinâmica interna das instituições políticas.

Mais tarde, Weber (2011, p. 75) descreveu que o “político profissional” surgiu no contexto de formação histórica dos Estados nacionais do ocidente moderno. Segundo o autor, a preocupação das dinastias da época era criar um quadro de pessoas especializadas e vocacionadas dispostas a atuar na administração do Estado junto ao príncipe. Entre os indivíduos que se dedicam à política, existem aqueles que buscam interferir de alguma forma na distribuição do poder das instituições políticas: os “políticos profissionais”; e também aqueles que exercem poderes indiretos quando votam, protestam, trabalham em partidos, campanhas políticas e associações voluntárias: os “políticos ocasionais”. Porém, Weber (2011, p. 132) adverte que em decorrência da relativa autonomização da esfera política, os políticos profissionais (os “déclassé”) seriam indispensáveis na formação de uma expertise para fomentar as campanhas eleitorais, “cortejar as massas” e competir no intenso “mercado dos votos”.

De modo semelhante, Michels (1982, p. 220) indicou o processo inevitável de substituição do “homem de confiança” pelo político profissional. Esse fenômeno culminou na modernização da máquina partidária, criando uma substituição progressiva dos “chefes políticos ocasionais” pelos “chefes políticos profissionais”, que passaram a compor a elite dirigente do partido, formando assim a “lei de ferro da oligarquia”.

Acreditamos que as discussões elaboradas por Mill (1981), Weber (2012) e Michels (1982), juntamente com a análise das estruturas de dominação descrita por Bourdieu (2011), conferem ao presente trabalho outra ferramenta metodológica para pensarmos a política profissional através de sua noção de “campo político”. Esse campo seria um “microcosmo relativamente autônomo” existente no interior das sociedades, caracterizado por relações de poder, correlações de força, “acumulação de capital político” e hierarquias que lhe conferem especificidade e “distinção”, um nomos particular diferente dos demais campos sociais (BOURDIEU, 2011, p. 203).

No presente trabalho, seguiremos o conceito de profissionalismo político proposto por Offerlé (2011), Coradini (2012), Perissinotto *et al* (2009) e Grill (2008), os quais o concebem como resultante do assalariamento público integral, dedicação exclusiva no exercício das funções e monopolização de mandatos. Devida sua complexidade técnica, a gestão da política moderna exige a constante presença de especialistas, com destaque aos advogados (SAWICKI, 1999, p. 06). No caso brasileiro, em pesquisas atuais, Costa (2014) identificou que, nas eleições de 2014, os concorrentes ao cargo executivo estadual eram na maioria políticos profissionais, senadores ou governadores. Os referidos estudos nos darão suporte para discutirmos as relações entre elites políticas e o profissionalismo político subnacional.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nosso problema de pesquisa está ligado aos competidores do cargo executivo estadual e ao seu sucesso eleitoral. Utilizamos o método posicional da teoria elitista

clássica e os cargos de governadores. Identificamos o perfil sócio ocupacional dos candidatos como referência nas regiões do Brasil, com base nas informações disponíveis no site do TSE, referente às eleições para governadores dos anos de 2006, 2010, 2014 e 2018. Analisamos as seguintes variáveis: 1) grau de instrução; 2) bens declarados; e, 3) ocupação de candidatos inaptos e aptos a concorrer à eleição e a situação ao final do pleito – não eleito e eleito no 1º e 2º turno.

É importante relatar que, durante a criação de nosso banco de dados, incluímos os candidatos que concorreram as eleições suplementares realizada em 2014 nos estados do Amazonas e Tocantins. Alertamos também que constam várias situações como não conhecimento de pedido, substituição, renúncia e cancelamento de candidaturas, bem como pendente de julgamento. Resolvemos manter esses dados por não apresentarem grande expressão dentro do universo amostral e, uma vez se tratando de candidaturas interrompidas do decurso eleitoral, são também passíveis de compor o perfil de indivíduos que almejam os cargos majoritários estaduais. Assim, nossa amostra apresenta um total de 778 candidatos analisados.

Para testarmos nossa hipótese, analisamos as profissões em dois momentos, das candidaturas e dos eleitos. No primeiro, buscamos caracterizar as candidaturas, considerando o grau de instrução, bens declarados e as ocupações mais relevantes – acima do erro padrão ou através de medidas de tendências centrais de cada ano e por região. No segundo, apresentamos a característica dos eleitos, as mesmas analisadas anteriormente, acrescida de cálculo de aproveitamento para cada ocupação eleita por região. Esse cálculo foi realizado através da fórmula abaixo:

$$\text{Aproveitamento \%} = \frac{\text{candidatos com a mesma ocupação eleitos}}{\text{candidatos com a mesma ocupação}} \times 100$$

Grau de Instrução

De acordo com Michels (1982, p. 220), a formação de uma elite política intelectualizada seria um fenômeno inevitável que os partidos políticos teriam que lançar mão para profissionalizar e disputar elegibilidade durante as disputas eleitorais nas democracias de massa. Em nossos estudos, a conclusão de Michels é reafirmada, uma vez que os candidatos com nível superior completo são sobrerrepresentados nos anos 2006, 2010, 2014 e 2018, respectivamente 77,4%; 75,7%; 79,2% e 86,6% (ver Apêndice – A).

Essa tendência de intelectualização do campo político avança na região Centro-Oeste, Sudeste e Sul, tornando cada vez mais difícil a presença de candidatos com ensino fundamental incompleto e que apenas lê e escreve. Por outro lado, as regiões Norte e Nordeste apresentam maior variabilidade de grau de instrução entre os competidores ao cargo executivo estadual; isso não quer dizer que elas não estejam passíveis do fenômeno em questão, pois as mesmas também não apresentaram candidatos com baixos níveis de escolaridade no ano de 2018.

Tabela 1 - Grau de Instrução dos Eleitos por Região do Brasil (2006-2018)

Regiões do Brasil Grau de Instrução	Pleitos Eleitorais 2006-2018 (%)							
	2006	%	2010	%	2014	%	2018	%
Centro-oeste	4	100	4	100	4	100	4	100
Superior incompleto	0	0	1	25	1	25	1	25
Superior completo	4	100	3	75	3	75	3	75
Nordeste	9	100	9	100	9	100	9	100
Superior incompleto	2	22,2	1	11,1	1	11,1	0	0
Superior completo	7	77,8	8	88,9	8	88,9	9	100
Norte	7	100	7	100	9	100	7	100
Lê e escreve	0	0	1	14,3	0	0	0	0
Ensino fundamental incompleto	0	0	0	0	1	11,1	0	0
Ensino fundamental completo	1	14,3	0	0	0	0	0	0
Ensino médio completo	2	28,6	0	0	1	11,1	1	14,3
Superior completo	4	57,1	6	85,7	7	77,8	6	85,7
Sudeste	4	100	4	100	4	100	4	100
Superior completo	4	100	4	100	4	100	4	100
Sul	3	100	3	100	3	100	3	100
Ensino médio completo	0	0	1	33,3	1	33,3	0	0
Superior completo	3	100	2	66,7	2	66,7	3	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Levando-se em consideração o grau de instrução entre os eleitos (TABELA 1), encontramos uma sobrerrepresentação de “capital escolar” entre a elite política subnacional eleita. O que nos leva a perceber que esse condicionante presente no campo político dos governadores não é um padrão restrito aos representantes eleitos para os parlamentos, tal como demonstrado por Rodrigues (2009). Assim, há uma relação direta entre o grau de escolarização e o cargo em disputa, o que representa uma hierarquização desses cargos, principalmente entre os governadores e senadores (CORADINI, 2012, p. 698).

Na amostra estudada, a região Sudeste possui uma elite política intelectualizada consolidada, do mesmo modo que as regiões Centro-Oeste e Nordeste também apresentam essa tendência. Porém, apesar de haver tendência de intelectualização e uma relação direta entre o grau de instrução e o cargo em disputa, exceções ainda podem ser observadas nas regiões Norte e Sul. De modo que podemos considerar essas regiões mais receptíveis à variabilidade de grau de instrução entre os Governadores eleitos.

No geral, a competição eleitoral nas regiões está sobrerrepresentada por candidatos com formação superior. Contudo, ao final do pleito, encontramos eleitos com escolaridade de nível médio nas eleições de 2010 e 2014 na região Sul e fundamental completo e incompleto na região Norte em 2006, 2014 e 2018, ou que apenas lê e escreve, como registrado na eleição de 2010. O que nos leva a afirmar que: apesar da tendência de inte-

lectualização do campo político em muitas regiões do Brasil, o mesmo fenômeno não ocorre de modo simultâneo, exceções ainda podem ser observadas nas regiões Norte e Sul, pois as mesmas regiões estão mais receptíveis a variabilidade de grau de instrução entre governadores eleitos. O fato dos respectivos candidatos apresentarem baixa escolarização reforça a hipótese de que outros fatores interferem na competição para os cargos do executivo estadual.

Bens Declarados

Para Bourdieu, é interessante estudar aspectos sociais dos indivíduos de maneira relacional para compreender o funcionamento de determinado campo (apud PERISSINOTTO; CODATO, 2009, p. 251). Desse modo, acrescentamos a variável bens declarados no intuito de captar aspectos socioeconômicos dos candidatos e relacionar com a elite política eleita nos pleitos eleitorais analisados.

Em regra geral, a amostra apresenta mínimo de R\$0,00 e máximo R\$ 429.709.908,58 de valores de bens declarados. Porém, as medidas de tendências centrais, como a mediana e média, revelam que a maioria dos candidatos possuem bens entre R\$225.557,39 (mínimo mediana) e R\$12.277.425,96 (máximo média). Podemos notar que existe grande variabilidade socioeconômica entre os candidatos em todo o Brasil.

Ao analisarmos a mediana das declarações de bens, constatamos um comportamento estável e ascendente ao logo do período estudado, com exceção da região Sul, que apresenta uma ascendência e descendência abrupta, respectivamente nos anos de 2014 e 2018. Em relação à média, a ascendência constante da variável socioeconômica é a característica marcante na região Centro-Oeste e Sul. Todavia, até o momento, não conseguimos chegar a uma conclusão sobre a homogeneidade socioeconômica dos candidatos em todas as regiões, pois essa característica apresenta-se instável ao longo do período estudado.

Entre as regiões, o mínimo declarado encontra-se entre R\$ 13.521,78 (Região Norte) e R\$ 1.812.700,35 (Região Sul) e o máximo entre R\$ 960.960,73 e R\$ 189.859.904,76 (Região Sudeste). Com o mesmo fenômeno de instabilidade ocorrendo entre os eleitos (ver Apêndice – B), exceto na região Sul, demonstra homogeneidade entre a elite política nos anos 2006, 2010 e 2014. Em todo caso, os dados são inconclusos para determinar um padrão característico entre os eleitos por região; o que não descarta a possibilidade de ser possível uma unidade no âmbito federativo ou até mesmo em uma amostra maior.

Desse modo, na perspectiva das regiões, podemos afirmar que o campo político eleitoral é um campo aberto para candidatos e eleitos, independente do capital socioeconômico acumulado pelos indivíduos; exigindo-se apenas, aos eleitos, um capital econômico inicial médio de R\$ 384.989,94 (média do mínimo declarado nas regiões do Brasil).

Ocupações

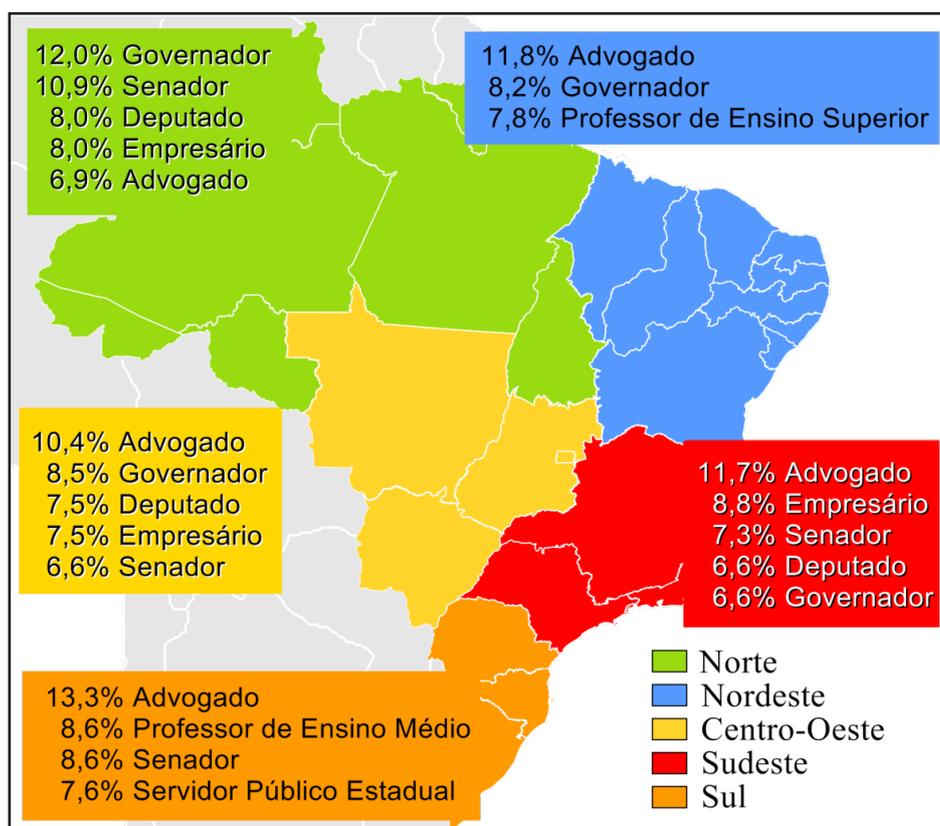
Segundo Coradini (2011), os cargos do executivo estadual são de difícil acesso por causa da competição eleitoral hierarquizada. Sendo assim, ainda que existam as regras poliárquicas de elegibilidade aos cidadãos (DHAL, 2015, p. 31), para Costa (2014), existe

uma preferência de eleitores por Governadores, Senadores e Deputados, ou seja, políticos profissionais para assumir esses cargos majoritários, foi o que demonstrou sua pesquisa nas eleições de 2014.

Em nossos estudos, entre os 778 candidatos analisados foram mencionados 71 tipos de ocupações, sendo a maioria em todo Brasil: 10,7% advogados, 8,1% governadores, 7,7% senadores, 6,4% empresários e 6,2% deputados. A variabilidade de profissões e suas respectivas candidaturas é um dos valores e regras notáveis das poliarquias contemporâneas. Contudo, a sobre-representação de políticos profissionais, profissionais liberais e empresários é um dado que não pode ser desprezado, pois reafirma a hierarquização da competição eleitoral e a abertura do campo político apenas para determinados competidores, o que contribui para forjar uma elite política especializada para a competição do cargo para o executivo estadual.

As regras eleitorais e as instituições políticas são parâmetros que nos fornecem informações úteis para avaliar o comportamento dos candidatos, pois a presença recorrente dos governadores pode ser explicada pela lógica do nosso sistema eleitoral que abre a possibilidade de reeleição aos candidatos.

Figura 1 - Principais Ocupações entre os Candidatos nas Regiões do Brasil (2010-2018)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Entre as regiões do Brasil (FIGURA I), além da já esperada sobrerrepresentação de políticos profissionais e advogados, soma-se a elas: empresários (Região Norte e Centro-Oeste); também observam-se exceções na região Norte e Sul de ocupações ligadas ao ensino e servidores públicos estaduais. O que nos leva a hipótese da existência de uma lógica própria de recrutamento de candidatos para essas regiões para disputa eleitorais dos executivos estaduais.

A presença dos advogados é explicada pela necessidade de especialistas para atuar na arena política das democracias representativas (WEBER, 2011, p. 121). Os advogados também são encontrados nos resultados das pesquisas para cargos do parlamento nacional, como senadores (NEIVA; *et al.*, 2014, p. 171) e deputados na França, Estados Unidos, Reino Unido e outros países do ocidente (RODRIGUES, 2009, p. 33). No contexto da América do Sul, em países como Bolívia, Peru e Colômbia, a profissão de advogado é uma das ocupações que são sobrerrepresentadas nos parlamentos (RINCÓN, 2011, p. 240).

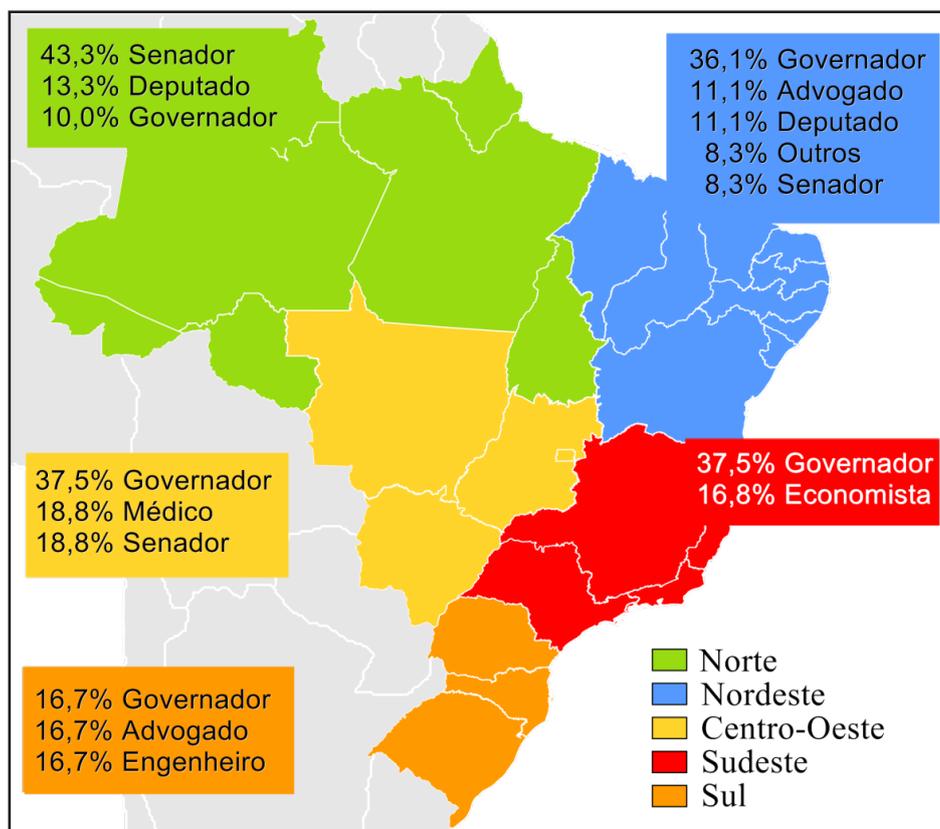
Para os empresários, o capital social simbólico da administração de bens deve influenciar, em conjunto com outras habilidades, na preferência de candidatura desses indivíduos dentro dos partidos. Entretanto, é claro que existe um perfil comum de candidatos escolhidos para disputar as eleições majoritárias estaduais. De outro modo, mesmo sabendo que vários dos os autores citados acima priorizam os parlamentos e não o executivo; importa destacar também que a carreira parlamentar é facilitadora para que políticos profissionais disputem cargos de hierarquia elevada, como o de governador.

Entre as regiões do Brasil, além da sobrerrepresentação de políticos profissionais e advogados, somadas a elas a de empresários, observam-se exceções na região Nordeste e Sul de ocupações ligadas ao ensino educacional e servidores públicos estaduais. O que nos leva a hipótese da existência de uma lógica própria de recrutamento de candidatos para essas regiões para disputas eleitorais dos executivos estaduais.

Para os empresários, o capital social ligado a administração de bens econômicos exerce influência, em conjunto com outras habilidades, na preferência de candidaturas desses indivíduos dentro dos partidos, principalmente no Sudeste do país. De outro modo, mesmo sabendo que vários autores citados acima priorizam os parlamentos, e não o executivo, importa destacar também que a carreira parlamentar é uma das variáveis que cria condicionantes para aqueles que se projetam ao governo do estado, o que facilita aos políticos profissionais disputarem cargos de hierarquia elevada como os de governador e obterem sucesso eleitoral.

Entre os eleitos (FIGURA II), a ocupação de governador é unânime em todas as regiões do Brasil, dada a presença do instituto da reeleição, enquanto que a presença dos demais políticos profissionais, como senadores e deputados, é destaque na região Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Nos outros casos, temos ocupações específicas que determinam a elite política de cada região, com prevalência de empresários na região Norte, médicos na região Centro-Oeste, economista na região Sul, advogados e outros na região Nordeste.

Figura 2 - Principais Ocupações entre os Eleitos nas Regiões do Brasil (2010-2018)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Entre os eleitos (FIGURA 2), a ocupação de governador é unânime em todas as regiões do Brasil, dada a presença do instituto da reeleição, enquanto a presença dos demais políticos profissionais, como senadores e deputados, é destaque na região Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Nos outros casos, temos ocupações específicas que determinam a elite política de cada região, com prevalência de empresários na região Norte, médicos na região Centro-Oeste, economista na região Sul, advogados e outros na região Nordeste.

Na presente pesquisa, percebemos que os políticos de carreira acabam por obter vantagens nos pleitos eleitorais em decorrência daquilo que Bourdieu (2011, p. 203) chamou de “manipulação legítima dos bens políticos”, com destaque para os próprios mandatos, seja no parlamento nacional ou nos governos estaduais. Assim, no campo político dos governadores, existem aqueles membros que são profissionais na atividade política – os “clérigos” – e aqueles que são os amadores – “profanos” –, por desconhecerem a lógica e os critérios de entrada e permanência no campo político. Observamos que o campo político dos governadores eleitos está ocupado por políticos profissionais, o que reforça os argumentos de Coradini (2011, p. 199) e Grill (2008, p. 85) sobre a crescente presença de políticos profissionais na carreira política para diversos cargos, sob impacto, no caso brasileiro, da regra da reeleição.

No mais, constata-se a existência de um substrato de indivíduos com ocupações diversas, que tentam acessar a elite política através disputa direta com governadores ou seus sucessores, sendo responsáveis pela circulação da elite de governadores. Como tivemos oportunidade de constatar, esses indivíduos possuem ocupações bem características em cada região do Brasil, como: os empresários no Norte, outros no Nordeste, médicos no Centro-Oeste, economistas no Sudeste e engenheiros no Sul.

Tabela 2 - % de Aproveitamento dos principais Eleitos por Região do Brasil (2006-2018)

Centro-Oeste	% Total
Pecuarista	100%
Governador	66,60%
Médico	60%
Senador	42,90%
Nordeste	
Governador	61,90%
Farmacêutico	50%
Deputado	36,40%
Norte	
Militar	100%
Reformado	61,90%
Governador	61,90%
Jornalista e redator	50%
Sudeste	
Governador	66,70%
Economista	60%
Sul	
% Total	
Bombeiro militar	100%
Engenheiro	50%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Ao analisarmos o percentual de aproveitamento das ocupações, percebemos que ao longo da série histórica mais de 60% são de políticos profissionais eleitos, que é válido somente para Governadores, uma vez que Senadores e Deputados apresentam sucesso eleitoral entre 35% a 45%. Ao depararmos com aproveitamento maiores de outras profissões como médicos, farmacêuticos, jornalistas e redator, economistas e engenheiros, percebemos que o profissionalismo político dessa categoria não é tão efetivo para fins de eleição nos cargos Executivos majoritários estaduais. A disputa direta com governadores e sucessores desgasta o aproveitamento desses profissionais, porém é o único meio de adentrar nessa elite política. Entre as demais ocupações, sobram questionamentos sobre sucesso eleitoral acima dos 50%. Toda via, percebemos o movimento de renovação da elite política governamental através do sucesso eleitoral de 100% de novas ocupações, principalmente nos últimos dois pleitos, como: o pecuarista na região Centro-Oeste, o militar

reformado na região Norte e o bombeiro militar na região Sul.

Os atributos indicados por Bourdieu (1984), com destaque para o capital escolar, poder econômico e tempo livre para exercer a função não são os únicos condicionantes para acessar o campo e acumular capital político. Deste modo, podemos concordar com Coradini (2012, p. 705) e argumentar que para os cargos executivos estaduais ser político de carreira é um recurso social indispensável para obter sucesso eleitoral. Pois, a existência de um cargo prévio é o principal recurso eleitoral para obter sucesso para cargos hierarquicamente mais elevados. Assim, quando a disputa pelo cargo é elevada, como é o cargo de governador estadual, o “carisma de função” – ocupação profissional e titulação universitária aumentam as chances de sucesso eleitoral (CORADINI, 2012, p. 690).

Para Codato (2008, p. 93), a tese weberiana de que existem aqueles que “vivem da política e para política” é insuficiente para analisar a complexidade que a esfera política incorporou nas democracias contemporâneas, pois para o contexto brasileiro “só vive para a política aquele que vive da política”. O sucesso eleitoral, em especial para cargos executivos estaduais depende da profissionalização política dos candidatos. Como vimos, os candidatos são recrutados em vários setores sócio ocupacionais, porém, o fato de serem políticos profissionais permite projetá-los e obter sucesso eleitoral nas eleições do executivo estadual, ainda que nas duas últimas eleições, com base na análise da taxa de aproveitamento, tenha ocorrido uma pequena abertura do campo político para outras ocupações nas regiões Norte, Centro-Oeste e Sul.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A titulação acadêmica, conhecimento técnico da atividade política e ser político de carreira (acumulação de capital político) são os atributos exigidos aos competidores que buscam sucesso nas disputas aos cargos dos governos estaduais e Distrito Federal. Ao analisarmos atributos sociais, constatamos o avanço da tendência de intelectualização do campo político, principalmente, na região Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste. Porém, essa tendência não é acompanhada pela elite política eleita nas regiões Norte, durante a análise de toda a série histórica, e região Sul do país nas eleições de 2010 e 2014, uma vez que existem governadores com baixa escolaridade (lê e escreve, ensino fundamental incompleto, ensino fundamental completo e ensino médio).

Nossa problemática relacionava a influência da sobrerrepresentação das ocupações e seu êxito no pleito eleitoral. Nossa hipótese de êxito é confirmada entre políticos profissionais, principalmente pela ocupação Governador, que está sobrerrepresentada em todas regiões do país, com um êxito médio de 65,1%; entre os profissionais liberais, sobretudo, entre os advogados, a sobrerrepresentação entre os candidatos não se reflete em êxito da categoria ao final dos pleitos, já que se destacam as ocupações de pecuarista, militar reformado e bombeiro militar por apresentarem 100% de aproveitamento nos últimos anos do período estudado (2014-2018), representando uma renovação política ou circulação de elites neste grupo ocupacional de candidatos eleitos.

A heterogeneidade da amostra regional demonstra que as eleições majoritárias estaduais são um campo aberto para candidatos e eleitos. Pelo menos nesse aspecto formal, a competitividade eleitoral é vislumbrada entre os candidatos, o que não garante, segundo as análises preliminares, que o campo político dos governadores seja acessível a qualquer competidor, pois os políticos profissionais (governadores, senadores e deputados), profissionais liberais (economistas, advogados, médicos e engenheiros), empresários, pecuaristas e militares impermeabilizam a abertura do campo para candidatos com outras ocupações (professores e servidores públicos). Tais circunstâncias sócio ocupacionais dos eleitos dialogam com o capital econômico inicial médio que fica em torno de R\$ 384.989,94.

REFERÊNCIAS

- DE ABREU, Luciano Aronne. Elites políticas regionais: o caso das interventorias gaúchas. *Revista de Sociologia e Política*, v. 16, n. 30, 2008.
- BACHRACH, P.; BARATZ, M. (1983). Poder e decisão. In: CARDOSO, F. H.; MARTINS, C. E. (org.) *Política e sociedade*. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, vol. 1, p. 43-52.
- BEST, H. (2007). New challenges, new elites? Changes in the recruitment and career patterns of European representative elites. *Comparative Sociology*, vol. 6, nº 1-2, p. 85-113.
- BOTTINELLI, E. (2008). Reclutamiento parlamentario y estratificación social en el Uruguay: subrepresentación en las elites políticas y estratificación social. *Revista TOMO*, nº 13, p. 93-126.
- BOTTOMORE, T. B. (1974). *As Elites e A Sociedade*. 2º ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- BOURDIEU, P. (1984). A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. In: BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Editora DIFEL.
- BOURDIEU, P. (2011). O campo político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 5, p. 193-216.
- BUSTAMANTE, B. G. (2013). Factores de acceso y permanencia de la élite política gubernamental en Chile (1990-2010). *Política. Revista de Ciencia Política*, vol. 51, nº 1, p. 119-153.
- GIOL, J. C. (1992). La élite política local en España. *Revista de estudios políticos*, nº 76, p. 127-144.
- CODATO, A. (2008). A formação do campo político profissional no Brasil: uma hipótese a partir do caso de São Paulo. *Revista de Sociologia e Política*, vol. 4, nº 30, p. 89-105.
- CODATO, A. (2014). Classe política e regime autoritário: os advogados do Estado Novo em São Paulo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 29, nº 84.
- CODATO, A.; COSTA, L. D.; MASSIMO, L. (2014). Classificando ocupações prévias à entrada na política: uma discussão metodológica e um teste empírico. *Opinião Pública*, vol. 20, nº 3, p. 346-362.

- COSTA, L. D. (2014). Políticos profissionais como candidatos: estudo preliminar das eleições gerais de 2014. Newsletter. Observatório de elites políticas e sociais do Brasil, vol. 1, nº 2.
- COSTA, L. D.; et al, (2012). Competição e profissionalização política: as eleições para Deputado Federal no Brasil em 2010. 8º Encontro da Associação de Ciência Política – ABCP, Gramado/RS, 01 a 04 de agosto. AT03 - Eleições e Representação Política. 6ª Sessão: Sessão B / 3º Dia: Elites, carreira política e políticas públicas. pp.01-17.
- COSTA, L. D.; et al. (2011). A profissionalização da classe política brasileira no século XXI: um estudo do perfil sócio profissional dos Deputados Federais (1998-2010). 35º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambú – MG, 24 a 28 de outubro. GT 16: Grupos dirigentes e estruturas de poder.
- CORADINI, O. L. (2012). Cargos e funções públicas e candidaturas eleitorais. Revista Sociedade e Estado, vol. 27, nº 3, p. 689-708.
- CORADINI, O. L. (2011). Representação política de interesse: bases associativas dos deputados federais de 1999-2007. Revista Sociedade e Estado, vol. 26, nº 1, p. 197-220.
- DAHL, R. (1970). Uma crítica do modelo de elite dirigente. In: AMORIN, M. S. Sociologia Política II. Rio de Janeiro: Zahar Editores, p. 90-100.
- FARIAS FILHO, M. C. (2011). Elites políticas regionais: contornos teórico-metodológicos para identificação de grupos políticos. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 26, nº 77, p. 175-188.
- FARIAS FILHO, M. C.; SOUZA, de M. I. L. P. (2013). Elite governamental e a formação de grupos políticos. Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política, vol. 22, nº 2.
- FARIAS FILHO, M. C.; MATHIS, A. (2015). Sobre Elite Política. Núcleo de altos estudos amazônicos, Belém, 2015, p. 04-30.
- GAXIE, D. (1980). Les logiques du recrutement politique. Revue française de science politique, p. 5-45.
- GENÉ, M. (2014). Sociología política de las elites. Apuntes sobre su abordaje a través de entrevistas. Revista de Sociología e Política, vol. 22, nº 52, p. 97-119.
- GRILL, I. (2008). Processos, condicionantes e bases sociais da especialização política no Rio Grande do Sul e no Maranhão. Revista de Sociologia e Política, vol. 16, nº 30.
- GRYNSZPAN, M.; HAUTBERGUE, M. (1999). La théorie des élites aux Etats-Unis: conditions sociales de réception et d'appropriation. Genèses, p. 27-43.
- HIRSCHMANN, A. (1992). A retórica da intransigência: perversidade, futilidade e ameaça. Trad. Tomás Rosa Bueno, São Paulo: Companhia das Letras.
- KELLER, S. (1967). O destino das elites. Rio de Janeiro: Forense.
- MIR, M. J. J. (1985). La composición de las élites en los Estados Unidos. Revista de estudios políticos, nº 48, p. 77-104.

- MICHELS, R. (1982). Sociologia dos partidos políticos. Brasília: Editora UnB.
- MILL, S. (1981). Sobre o governo representativo. Brasília: Editora UnB.
- MILLS, C. W. (1975). A elite do poder. 3ªed. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- MOSCA, G. (1966). A classe dirigente. In: SOUZA, A. (org). Sociologia política. Rio de Janeiro: Zahar, p. 51-68.
- NEIVA, P.; IZUMI, M. (2012). Os “doutores” da federação: formação acadêmica dos senadores brasileiros e variáveis associadas. Revista de Sociologia e Política, vol. 20, nº 41.
- OFFERLÉ, M. (2011). Los oficios, la profesión y la vocación de la política. PolHis-Revista Bibliográfica del Programa Interuniversitario de Historia Política, vol. 4, nº 7, p. 84-99.
- PARETO, V. (1984). Tratado de sociologia geral. São Paulo: Ática, 1984.
- PERISSINOTTO, R. M.; VEIGA, L. F. (2014). Profissionalização política, processo seletivo e recursos partidários: uma análise da percepção dos candidatos do PT, PMDB, PSDB e DEM nas eleições para Deputado Federal de 2010. Opinião Pública, vol. 20, nº 1, p. 49-66.
- PERISSINOTTO, R. M.; MIRÍADE, A. (2009). Caminhos para o parlamento: candidatos e eleitos nas eleições para deputado federal em 2006. DADOS-Revista de Ciências Sociais, vol. 52, nº 2.
- PERISSINOTTO, R.; CODATO, A. (2009). Classe social, elite política e elite de classe: por uma análise societalista da política. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 2, p. 243-270.
- RINCÓN, L. M. C. (2011). Profesionalización de las élites parlamentarias en Bolivia, Colombia y Perú. Revista POSTData: Revista de Reflexión y Análisis Político, vol. 16, nº 2, p. 223-258.
- RODRIGUES, L. M. (2002). Partidos, ideologia e composição social. RBCS, vol. 17, nº 48.
- SAWICKI, F. (1999). Classer les hommes politiques. Les usages des indicateurs de position sociale pour la compréhension de la professionnalisation politique. In: OFFERLÉ, M. La profession politique, XIXe-XXe siècle. Paris, Belin, p. 135-170.
- SIERNA, M. (2009). La composición de la élite política uruguaya: circulación y reconversión en democracia. 33º Encontro Anual da Anpocs, Caxambú, 26 a 30 de Outubro de 2009. GT 18: Elites e Instituições políticas.
- WALKER, J. L. (1996). A critique of the elitist theory of democracy. American Political Science Review, vol. 60, nº 2, p. 285-295.
- WEBER, M. (2011). Ciência e política: duas vocações. Trad. Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. 18ª ed. – São Paulo: Cultrix.

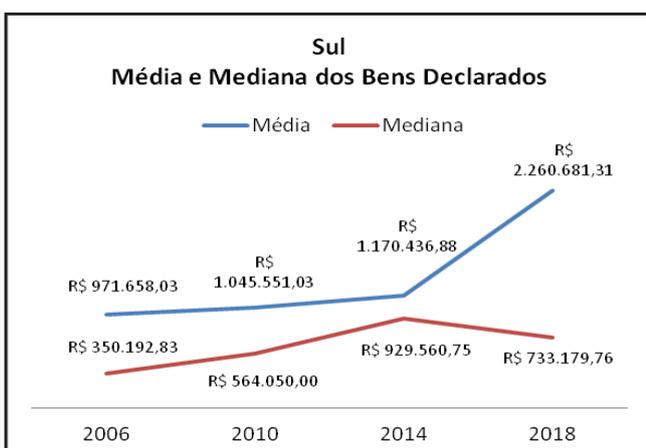
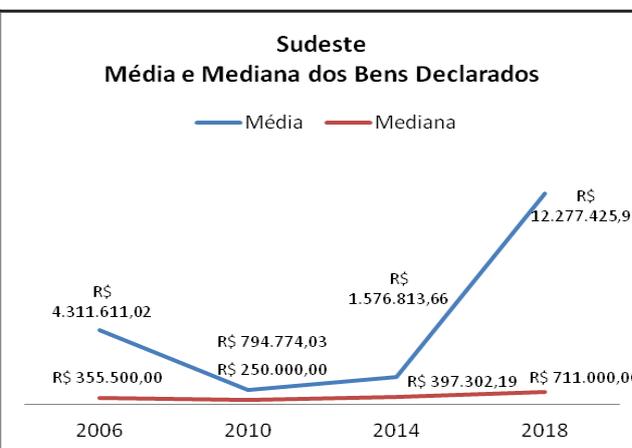
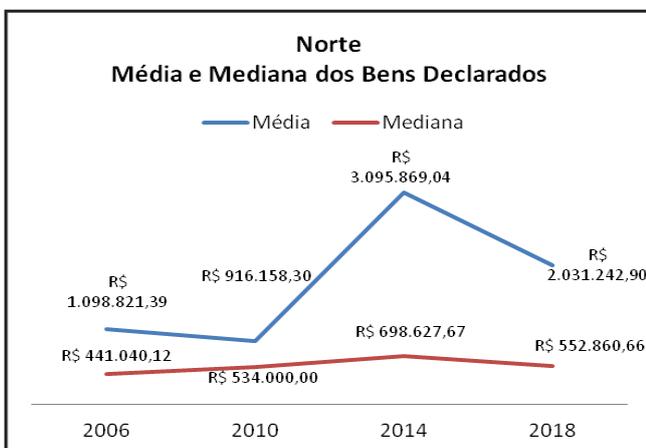
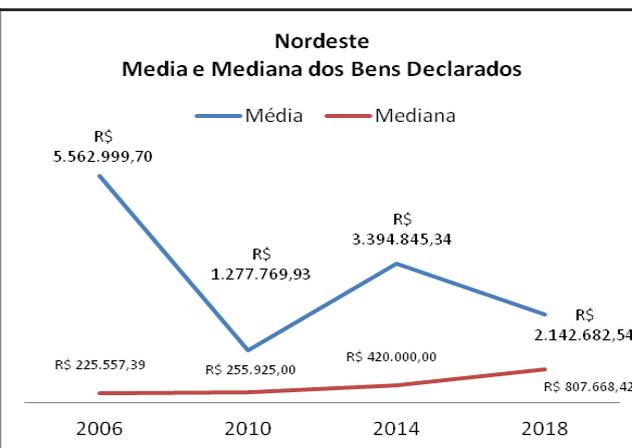
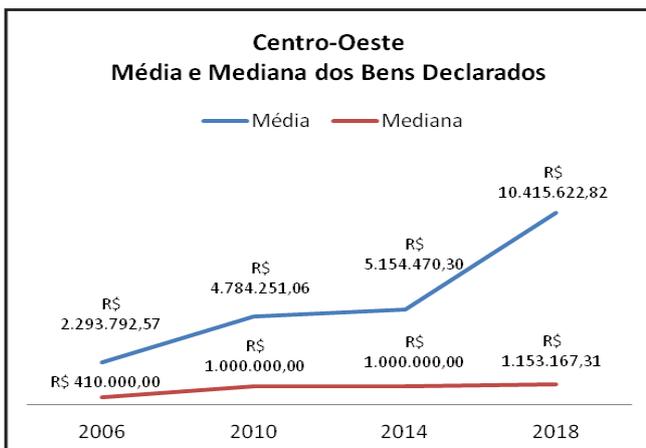
Recebido em 13/10/2019
Aprovado em 28/11/2019

APÊNDICE A - Grau de instrução dos candidatos a governador nas Regiões do Brasil (2006 e 2018)

Pleito Eleitoral e Escolaridade	Centro-oeste	%	Nordeste	%	Norte	%	Sudeste	%	Sul	%	Total geral	%
2006	30	14	72	33,5	45	20,9	39	18,1	29	13,5	215	100
Lê e escreve	2	0,9	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0,9
Ensino fundamental incompleto	0	0	1	0,5	1	0,5	0	0	0	0	2	0,9
Ensino fundamental completo	0	0	1	0,5	1	0,5	0	0	0	0	2	0,9
Ensino médio completo	2	0,9	7	3,3	7	3,3	3	1,4	3	1,4	22	10,2
Superior incompleto	3	1,4	8	3,7	7	3,3	5	2,3	4	1,9	27	12,6
Superior completo	23	10,7	55	25,6	29	13,5	31	14,4	22	10,2	160	74,4
2010	21	12,4	62	36,7	32	18,9	29	17,2	25	14,8	169	100
Lê e escreve	0	0	0	0	1	0,6	0	0	0	0	1	0,6
Ensino fundamental incompleto	0	0	2	1,2	2	1,2	0	0	0	0	4	2,4
Ensino médio incompleto	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,6	1	0,6
Ensino médio completo	3	1,8	4	2,4	7	4,1	4	2,4	1	0,6	19	11,2
Superior incompleto	3	1,8	7	4,1	2	1,2	3	1,8	1	0,6	16	9,5
Superior completo	15	8,9	49	29	20	11,8	22	13	22	13	128	75,7
2014	26	13,5	56	29,2	57	29,7	29	15,1	24	12,5	192	100
Ensino fundamental incompleto	0	0	0	0	1	0,5	0	0	0	0	1	0,5
Ensino médio incompleto	0	0	0	0	1	0,5	0	0	0	0	1	0,5
Ensino médio completo	2	1	7	3,6	7	3,6	3	1,6	3	1,6	22	11,5
Superior incompleto	3	1,6	4	2,1	5	2,6	3	1,6	1	0,5	16	8,3
Superior completo	21	10,9	45	23,4	43	22,4	23	12	20	10,4	152	79,2
2018	29	14,4	65	32,2	41	20,3	40	19,8	27	13,4	202	100
Ensino fundamental completo	0	0	1	0,5	0	0	1	0,5	0	0	2	1
Ensino médio completo	0	0	5	2,5	7	3,5	1	0,5	0	0	13	6,4
Superior incompleto	1	0,5	2	1	3	1,5	5	2,5	1	0,5	12	5,9
Superior completo	28	13,9	57	28	31	15	33	16,3	26	12,9	175	86,6
Total geral	106	13,6	255	32,8	175	22,5	137	17,6	105	13,5	778	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

APÊNDICE B - Medidas de tendências centrais dos bens declarados dos candidatos



SOBRE OS AUTORES

Rômulo Maurício Pantoja da Costa é mestre em Ciência Política pelo Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Pará (PPGCP/UFPa).
E-mail: 2omulomauricio@gmail.com

Miquéias Serrão Marques é mestre em Ciência Política pelo Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Pará (PPGCP/UFPa). Pesquisador colaborador do Núcleo de Estudos, Gestão e Estudos Organizacionais (NEGEO/UNIFAP) na linha de Pesquisa: Estado, Sociedade Civil e Democracia. E-mail: serraosms@gmail.com.

Luiz Carlos Machado Corrêa é mestre em Ciência Política pelo Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Pará (PPGCP/UFPa). Professor da Rede Pública de Ensino Médio do Estado do Pará. E-mail: luiz_correa07@hotmail.com.

Abstract: In this research we seek to analyze the political representation of overrepresentation and the electoral success of the candidates running for the State Executive, so that he draws a sociopolitical profile of the candidates competing for the positions of the subnational executive of the regions Brazil and the elite of the elected politics in the state. Period from 2006 to 2018. We use as theoretical basis studies of classical and contemporary authors in the area of elitism and political professionalism. We use the positional method of the classical elitist theory, composed of the candidates who managed to reach the end of the state government claim or charge. On the other hand, political professionalism is characterized by the professions indicated by candidates for the state executive, drawing on information available on the website of the Superior Electoral Court (TSE). This mode analyzes the socio-occupational profile of candidates: educational level, declared assets and occupation of candidates after selection and status – unelected and elected in the 1st and 2nd election turns. As expected, the data pointed to the Brazilian regions are overrepresented by career politicians, elements for government burdens, among which are highlighted as occupations of governors, senators and deputies. However, it is noteworthy that the Northern and Northeastern regions are more susceptible to the socio-political diversity of the candidates, that is less likely in the Midwest, Southeast and South. This led us as several hypotheses to be answered in later Works.

Keywords: Elitism. Political Professionalism. Governors Regions of Brazil.

Resumen: En esta investigación buscamos analizar la representación política de la sobrerrepresentación y el éxito electoral de los candidatos que se postulan para el Ejecutivo del Estado, de modo que dibuje un perfil sociopolítico de los candidatos que compiten por los puestos del ejecutivo subnacional de las regiones de Brasil y la elite de la política elegida en el estado período de 2006 a 2018. Utilizamos como base teórica los estudios de autores clásicos y contemporáneos en el área de elitismo y profesionalismo político. Utilizamos el método posicional de la teoría elitista clásica, compuesta por los candidatos que lograron llegar al final del reclamo o cargo del gobierno estatal. Por otro lado, la profesionalidad política se caracteriza por las profesiones indicadas por los candidatos para el ejecutivo estatal, basándose en la información disponible en el sitio web del Tribunal Superior Electoral (TSE). Este modo analiza el perfil socio-ocupacional de los candidatos: nivel educativo, activos declarados y ocupación de los candidatos después de la selección y el estado – no elegidos y elegidos en los turnos de primera y segunda elección. Como se esperaba, los datos apuntados a las regiones brasileñas están sobrerrepresentados por políticos de carrera, elementos para las cargas del gobierno, entre los cuales se destacan las ocupaciones de gobernadores, senadores y diputados. Sin embargo, es digno de mención que las regiones del Norte y Noreste son más susceptible a la diversidad sociopolítica de los candidatos, que es menos probable en el Medio Oeste, Sureste y Sur. Esto nos llevó a varias hipótesis a responder en trabajos posteriores.

Palabras clave: Elitismo. Profesionalismo político. Gobernadores Regiones de Brasil